

PENSAMENTO NORTE-AMERICANO E PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Dr. Carlos Potiara Castro¹

RESUMO

Este paper tem por objetivo discutir as bases sobre as quais se sustentaram os primeiros autores que trabalharam com a temática ambiental nas ciências sociais. Levanta-se a hipótese que essas bases se identificam fortemente com a tradição do pensamento norte-americano, nas áreas das ciências sociais e da filosofia. Descreve-se o desenvolvimento dos estudos das interações entre meio ambiente e mundo natural, com foco principal no conjunto de temas abordados, sobretudo na produção norte americana. Conclui-se com uma breve descrição do campo no Brasil.

PALAVRAS CHAVE: Sociologia Ambiental; Pensamento Social Norte-Americano;

ABSTRACTS

This paper aims to discuss the foundation upon which the first authors who worked with environmental issues in the social sciences based themselves. It raises the hypothesis that these bases strongly identify with the tradition of American thinking on both areas of social sciences and philosophy. It describes briefly the development of the field of environment and society studies, with a primary focus on subjects covered in United States and in Brazil.

KEYWORDS: Environmental sociology; American Social Thought; Pragmatism; Theory

¹ Graduado e Mestre pela Universidade de Paris 8 em Comunicação Social e Ciência Política, Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, realizou estágio pós doutoral no CEPPAC/UnB e é atualmente Técnico Especializado em Cooperação Internacional do Ministério do Meio Ambiente. Contato pode ser realizado pelos e-mails carlos.potiara@mma.gov.br ou carlos.potiara@cryptolab.net

1. INTRODUÇÃO

É apenas recentemente que as questões ambientais surgem nas ciências sociais, enquanto objeto de estudo sistemático. Esse surgimento é devedor da mobilização de movimentos sociais que se engajam em torno de temas como a conservação das florestas tropicais, o antimilitarismo, os acidentes industriais e a proteção dos direitos das populações indígenas e comunidades tradicionais.

Se os primeiros textos oriundos dos grupos que se formam em torno desses temas possuem teor militante, eles assentam, no entanto, sua *démarche* em bases teóricas específicas. É possível identificar a influência do pensamento social norte-americano na maioria das vertentes que tomam esses estudos. Este pensamento, influenciado pelo pragmatismo dos finais do século XIX, permitiu que houvesse o deslocamento metodológico em direção a observações realizadas empiricamente, necessário à apreensão de uma temática como a ambiental.

A contribuição dos autores do pragmatismo – Pierce, Dewey, James e Mead – está na busca de se afastar da tradição metafísica do pensamento continental europeu. As *consequências práticas* do pensamento, ou seja, os efeitos no mundo real dos conceitos elaborados tornam-se, para essa escola, os critérios de sua validação. Permite-se, desse modo, que as tradições disciplinares se tornem mais flexíveis, admitindo a problematização em torno de objetos, sem a necessidade de elaboração de conjuntos de princípios explicativos generalizantes.

A discussão que se faz aqui é em torno dessa origem e dos desdobramentos posteriores, tanto em termos de objetos de estudo como de sua adoção por escolas de pensamento específicas.

2. FILOSOFIA, PRAGMATISMO E PENSAMENTO SOCIAL NORTE-AMERICANO

É sobretudo a partir da segunda metade do século XX nos Estados Unidos que se opera nas ciências sociais uma mudança que as fazem passar a se preocuparem com temas que inauguram uma nova fase desse campo do saber. Toda uma

gama de novos interesses vai começar a ter direito de polis em uma academia que decide descer de sua posição destacada para olhar de outra forma para o cotidiano de pessoas comuns, constituintes da sociedade em que se encontram. Trata-se de um processo de afastamento da tradição teórica anterior, profundamente europeia continental, que tinha na produção de abstrações sociológicas o seu foco e objetivos principais. A explicação dos amplos processos históricos em operação na sociedade, sua origem, as leis regentes de seu funcionamento e seu modo de controle e operação por atores específicos eram parte fundamental do projeto intelectual dos pesquisadores anteriores, que por essa época, aos poucos, são deixados de lado.

Já na virada do século XIX para o XX, os principais autores fundadores da tradição filosófica do pragmatismo norte-americano - Charles Sanders Pierce, John Dewey, William James e também George Herbert Mead, posteriormente membro da primeira geração daquela que ficou conhecida como a Escola sociológica de Chicago - preparam o terreno para esse movimento. Marcuse, escrevendo sobre essa geração usa a expressão 'filosofia a céu aberto' (*open air philosophy*) para definir o tipo de produção teórica que surge aos poucos do outro lado do Atlântico (MARCUSE, 1967: 28), em oposição a uma filosofia feita dentro de uma academia, comparativamente pouco arejada e tradicionalista. A influência dessa escola filosófica vai propiciar o surgimento de um novo olhar das ciências sociais sobre o seu objeto. Este parte, portanto, das elaborações filosóficas que tentaram buscar, ao longo de 30 anos, um diálogo crítico com o pensamento europeu, propositivo de um método analítico próprio, desligado dos limites impostos à reflexão pelas grandes escolas e tradições do pensamento Inglês, Alemão e Frances.

As consequências da adoção das ideias dessa escola filosófica se localizam sobretudo na questão metodológica e em um novo fazer científico. O procedimento desse pensamento se baseia então em um pragmatismo que acarreta um nível

maior de fidelidade à problematização inicial, mas também ao objeto estudado, que passa a ser central e a teoria passa a ocupar uma outra função e a ser elaborada a partir das inferências resultantes das pesquisas empíricas realizadas em contato com o seu tema, no trabalho de campo participante cotidiano. Para realizar essa tarefa, seria necessário modificar de maneira substancial a metodologia de pesquisa nas próprias ciências sociais. Trata-se de um ir em direção ao objeto de estudo, em busca da realização de um projeto intelectual novo.

3. A FORMAÇÃO DE NOVOS OBJETOS TEÓRICOS

A sociedade americana, nas grandes cidades dessa época, abriga importantes contingentes populacionais de imigrantes recentes ou de segunda geração, provenientes sobretudo da Europa do Norte e Central. Eles vivem e se organizam em forma de guetos ou bairros étnicos, onde uma parte da cultura original dos países de onde eram provenientes ainda podia, na medida do possível, ser encontrada. Parte das pesquisas realizadas com esse novo olhar vai portar sobre esses grupos que conformarão nas gerações seguintes o país que os acolheu, em uma experiência de mistura de culturas que foi o reflexo da maior onda de imigração registrada na história.

Essa ciência social renovada vai ser essencialmente de estudos urbanos, portanto. Ela vai observar e pesquisar esses grupos, tipificando os vários caracteres encontrados nos guetos, o comportamento e estratégias de sobrevivência e de ascensão social que se apresentam possíveis e o motivo porque são usados por alguns e não outros. O desvio, enquanto estratégia de sobrevivência e sua explicação é um dos campos mais férteis, tanto em termos do surgimento de uma produção normativa da sociedade, quanto em outras pesquisas que visam igualmente entender a situação em que parte do grupo estudado simplesmente não possui capacidade de superação das condições iniciais que lhe são dadas.

Ao se destacar e afastar da tradição tipicamente europeia, a ciência social que vão fazer, ao se aproximar e descrever o

homem e a mulher do comum, vai dessa forma tornar possível o olhar sobre um mundo diferente daquele conhecido até então pelos cientistas sociais.

Em meio a um contingente não homogêneo de trabalhos produzidos sobre essas populações, objeto por vezes de um certo estranhamento, vamos ter ao mesmo tempo contribuições que vão muito além desse projeto inicial de conhecimento dessas populações de imigrantes em solo americano. A busca de sentido nessa fronteira do conhecimento sobre a sociedade americana foi que tornou possível a pertinência e durabilidade desses métodos, que permitiram a sua sobrevivência no longo prazo.

Esses trabalhos extrapolarão nas décadas seguintes o escopo inicial dos interesses da geração pioneira de estudantes de pós-graduação e seus professores, abrindo possibilidades de releitura do papel desempenhado pelas pessoas diante do palco do mundo, de acordo com condições conjunturais estabelecidas, que podem ser reconhecidas, aceitas, reproduzidas ou não, de acordo com um gama de possibilidades de escolha. Além do interacionismo simbólico, conceito a que se filia a parte mais significativa desse grupo de estudantes e que assim ficaram identificados, esses trabalhos abriram uma gama de possibilidades interpretativas da realidade não apenas para sua própria geração, mas também para toda uma nova leva de pesquisadores que surgiu mais tarde. Parte deles, leitores europeus que se deixaram influenciar por essa escola, produziram e renovaram o arcabouço teórico das ciências sociais, não apenas se identificando com o novo método empírico, mas também indo além, propondo novos questionamentos e levando a resultados mais abrangentes. Podemos citar brevemente, como forma de ilustração, a influência de Erwin Goffman sobre um jovem Pierre Bourdieu, que leu *The presentation of self in everyday life* e escreveu anos depois *La distinction*, ou de *Asylums* sobre toda uma série de pesquisas realizadas no campo do normal e do patológico nas décadas de 1970 e 1980, tanto nas ciências sociais, como na filosofia e na saúde pública.

A experiência recente da segunda grande guerra, na qual parte dos alunos dessa geração tomou parte é apontado também como um fator que explica o porquê da escolha de novos objetos de estudos, enfocados de uma maneira diferente, por parte deles. Alguns não poderiam seguir seus estudos em situação normal por questões financeiras. Quem financiou seus estudos foram as forças armadas, abrindo também as portas das universidades para pessoas de classes sociais inferiores.

Street Corner Society, de William Foote Whyte, publicado em 1943, vem a ser possivelmente o livro com mais influência sobre todo o grupo dessa geração em Chicago. Apesar da pesquisa a que deu origem ter sido realizada em Boston nos finais da década de 1930, em um gueto em que morou ao longo de três anos e meio com populações de origem italiana, o método que ele usa já faz parte daquele proposto por essa escola. Ele identifica no seu trabalho dois grupos de jovens com estratégias diversas – um grupo que vê nos estudos a saída para ascender na escada social e sair daquele bairro e outro grupo de garotos, que ficam nas esquinas das ruas, às vezes organizados em gangues, vivendo de pequenos furtos e extorsão.

Sobre a escola de Chicago, Howard Becker, um de seus membros da sociologia da arte, pondera que em realidade havia mais diferenças do que similaridades nas ideias dos membros daquele grupo e que, apesar do termo ter ficado, é difícil que se fale realmente em uma Escola. Ele diz ainda:

“After the Second World War, the University of Chicago experienced an enormous influx of students whose education was paid for by the G.I. Bill. These talented and energetic students of Hughes and Blumer, having been in the war, benefited from an experience of the world until then uncommon among students of sociology. They created a ‘Second Chicago School,’ whose members used the ideas of symbolic interactionism combined with methods of field research to create a substantial body of research and thinking, still rele-

vant to contemporary interests almost fifty years later.”
(BECKER, 1994: 4).

A cavalo entre uma antropologia e uma sociologia novas esses autores vão produzir teorias e uma perspectiva científica que vai influenciar o conjunto da produção em ciências sociais que vem posteriormente. O trabalho desenvolvido em Chicago permite que novos grupos de pós-graduandos recebam uma formação que os distancia ainda mais da tradição clássica, que era de certa forma a norma apenas poucas décadas antes.

Eles vão ser mais sensíveis, membros, eles próprios, de uma classe média alargada que surge no pós-guerra, às preocupações e pontos de vista do cidadão membros desta classe, de suas estratégias de existência e reprodução física, de sua cultura e de seus valores e o mais importante, de suas reivindicações políticas, opiniões e formas de mobilização e atuação no espaço público.

4. DISTANCIAMENTO DO PENSAMENTO SOCIAL CLÁSSICO

Dentre as temáticas preferenciais nas ciências sociais dessa época na produção dos Estados Unidos, vista a partir da ótica de um autor brasileiro, estão: “a sociologia como ciência empírica; a importância das teorias de alcance médio; os meios e os modos de aperfeiçoar os métodos de pesquisa, processamento e análise dos dados; atitudes, opiniões e comportamentos como expressões suficientes dos fatos sociais; a indústria da pesquisa e o imperialismo cultural; sociologia como ciência e como técnica” (IANNI, 1989: 50).

As consequências desse avanço são claras. Um dos autores mais respeitados das sociologias rural e ambiental, Frederick Buttel, em um paper em que discute a relação entre este campo com os textos clássicos da disciplina, aponta o fato de que hoje em dia dificilmente os livros mais importantes das ciências sociais são consultados de forma regular e citados como fontes recorrentes nos trabalhos produzidos contemporanea-

mente sobre temas – não apenas relacionados com questões ambientais – mas também de outras subáreas desta ciência.

Não se trata, na opinião deste autor, de algo relacionado a um desprendimento desta área do saber em relação aos seus textos considerados clássicos. Ao contrário, ele vai argumentar que a sociologia em particular é uma das ciências da área de humanidades que mais tem um apreço pelos textos que a fundaram enquanto campo do saber.

Ele vai explicar seu ponto de vista sobre essa fase de transição da seguinte maneira:

But despite the clear role that the classics continue to play in contemporary sociology, the typical sociologist in the world today would be very unlikely to consult, much less devote serious study to, the *Grundrisse*, *Capital*, *Suicide*, *Division of labor in society*, *Economy and society*, or *The protestant ethic and the spirit of capitalism* during a typical workday (or a typical work-year for that matter). Pieces of classical sociological scholarship are rarely cited in the contemporary sociological research literature. Many influential sociological theorists (...) have claimed that the contexts and assumptions of nineteenth-century classical theory are no longer relevant to the twentieth century (...). Some sociologists now go so far as to say that by the 1940s the ‘classical project’ (...) had undergone dissolution (BUTTEL, 2002: 35).

Quando os novos movimentos sociais entram em cena nos anos 1960 e 1970, a ciência social produzida já possui um instrumental para trabalhar com eles enquanto objeto. Ela irá se modificar ao longo desse processo, mas não se pode dizer que vai partir da estaca zero.

Esses movimentos sociais possuem uma série de características que os distinguem dos anteriores, como os sindicatos e organizações de classe proletária. A ciência social que vai se preocupar com a temática ambiental influenciada pelo surgi-

mento de um desses novos movimentos sociais surge a partir deste ponto. Trata-se de uma geração seguinte de cientistas sociais. Eles vão ter uma experiência de vida diametralmente diversa da anterior, por começar a viver um processo de controle maior da esfera pública por parte de forças políticas representativas de interesses econômicos e políticos organizados. A partir do final dos 1950 o conflito com o leste passa a ser aprofundado pelas esferas governamentais dos países centrais. A descolonização da África e Ásia, a corrida espacial, a revolução cubana, são capítulos que mostram o fechamento do espaço público. A reação à entrada do ocidente na guerra fria acontece aos poucos e tem seu ápice, enquanto fenômeno politizado contrário ao fechamento do espaço público no final dos 1960 e início dos 1970. Essa reação é inicialmente originária e reproduz valores de liberdade e igualdade de classes médias saídas da nova urbes surgida no pós-guerra.

É pouco tempo depois, que surgirão novos atores sociais na cena política, se expressando de uma maneira nova e defendendo novos valores. São de certa forma uma reação à radicalização da polarização do mundo em dois blocos. Ao mesmo tempo em que expressam uma abertura maior à diversidade e a novas experiências sociais. Os objetivos não deixam dúvidas quanto a isso.

Se os discursos são pelo fim do racismo, pela igualdade entre os gêneros, dos direitos dos gays, há por outro lado uma marcha sobre o Pentágono, a ocupação armada da Assembleia Legislativa da Califórnia por militantes negros ou a ocupação de um dos emblemas do tradicionalismo acadêmico europeu, a Universidade da Sorbonne.

Os membros desses movimentos emanam de uma classe social média nova, alargada e abrangendo uma parte majoritária da população. Eles são filhos, ou têm a perspectiva de se tornar trabalhadores de colarinho branco, se posicionando em um terceiro setor de serviços. Ao contrário de seus pais que foram em maioria colarinhos azuis, trabalhadores das fábricas e indústrias (MILLS, 1963). Carregam, assim, va-

lores próprios, muitas vezes pós-materialistas e além dos movimentos anteriormente citados há vários de cunho pacifista e de defesa do ambiente. Eles são intrinsecamente ligados a uma sociedade com uma cultura de massa diferente da anterior (INGLEHART, 1989; OFFE, 1984; TOURRAINE, 2003; HABERMAS, 1978; DOBRY, 2000; TILLY, 2004).

A indústria mecânica deixa de ser o setor industrial *par excellence* da produção em série, tendo conhecido seu apogeu nos anos 1950. Surgem os derivados da petroquímica, os diversos tipos de produtos de uso diário, as diversas formas de plásticos. Surge toda uma gama de pesticidas e agrotóxicos, acompanhados de métodos de irrigação em um momento de abundância de oferta de energia. Há ao mesmo tempo uma revolução verde em curso nos campos, novas formas de confinamento e engorda de animais, com um aumento significativo da produção e um processo de reorganização das cadeias, incluindo novas etapas com uma concomitante modificação da oferta de produtos alimentícios. Além de uma indústria eletrônica em seus inícios.

Cria-se, enfim, um sentimento pelo descartável que talvez seja o que melhor traduza a utopia de consumo dessa época. Sob pano de fundo da guerra fria, que impõe limites ao mundo político, o espaço público, e produz um encolhimento de sua abrangência, ocorrem esses fenômenos ligados a processos econômicos, mas também científicos, tecnológicos e culturais. As consequências para o ambiente da ação desses atores e da adoção desses valores culturais que o acompanham é imediata e vê a organização de movimentos com fins de atuar nesses espaço público em restrição.

A ligação é imediatamente feita entre os objetivos das indústrias produtoras de agrotóxicos, de produtos químicos, da construção de usinas nucleares e os interesses do complexo militar que está por traz de parte significativa da agenda política dos anos 1960 e 1970. A mobilização política e a luta contra essa agenda vai tomar as mais diversas formas, atuando em campos distintos, mas intimamente relacionados entre si.

Os movimentos de esquerda de ação direta, seja em suas vertentes foquistas urbana e rural, quanto em sua forma teórica universalizante, muito influentes ao longo dessas duas décadas, não aceitavam de bom grado esse elo de ligação, portanto óbvio, entre a degradação ambiental e o centro de poder contra o qual lutavam. Buscavam, ao contrário, o ator histórico, representante de uma determinada classe identificada com a transformação social, para fazer uma transferência do capital político específico e difuso do qual usufruíam (ver por exemplo a análise feita por ECO, 1993). De certa maneira, o debate em torno do ambiental foi ignorado durante muito tempo em parte por conta desse tipo de análise conjuntural.

A politização da questão ambiental acompanha dessa forma todo um conjunto de mudanças estruturais das sociedades desses países. Além da publicação dos resultados das pesquisas de Rachel Carson (CARSON, 1962), quando temos o exemplo pioneiro de desastre ecológico e ambiental, nos anos que se seguem fica claro tanto para os movimentos políticos atuando no espaço público em restrição, quanto para os cientistas que acompanham os fenômenos sociais em curso, que a questão ambiental é temática fundamental para se compreender os processos, tanto na esfera de poder, assim como na econômica e na cultural.

Um dos elementos mobilizadores mais importantes do movimento ambiental é um profundo sentimento de finitude dos recursos naturais, que passa a ser internalizado e a fazer parte da vida das pessoas. Esse movimento é em parte fruto de um mundo que se comunica através dos meios de comunicação de massa, através das imagens produzidas pelas instâncias emissoras de informação. Nós vamos falar então na sociologia da comunicação de um processo de constituição de um espaço público mediatizado (VERON, 1992), onde são realizadas as trocas simbólicas e a restituição diante do público de rituais próprios ao mundo político. O estado passa a se legitimar cada vez através desse espaço público mediatizado, onde os seus rituais institucionais vão cada vez mais se

localizar e ser observados pelo público (CHAMPAGNE, 1990; BOURDIEU, 1996; WOLTON, 1991; BATESON, 1981; HABERMAS, 1978).

Para Louis Queré, da École des Hautes Études en Sciences Sociales:

O poder [da mídia] não é um poder entre outros, posicionado em um universo de interesses e relações de força. Ele reside em seu papel de fundação. Ele é correlativo de seu funcionamento enquanto suporte prático de um modo histórico de objetivação da mediação simbólica constitutivo de um sistema sociocultural. Ele está ligado à produção narrativa que eles organizam. Eles constroem o teatro das práticas sociais; eles dão um lugar à identidade e à ação individual e coletiva. Mas nessa função de fundação do campo social, eles entram em concorrência e muitas vezes em contradição com outros rituais, outras formas de discurso e de outros procedimentos de objetivação do espaço social (QUERÉ, 1982: 154).

As imagens do planeta vai ter um impacto extremamente relevante sobre a sociedade. Ela vai ter como reação, em um movimento de espelhamento entre a mídia e o público, a própria incorporação da notícia enquanto informação e passa a fazer parte das estratégias de atuação política na esfera pública e a fazer parte constituinte do discurso.

O resultado da divulgação, pela missão Apolo da Nasa das fotos dos passeios lunares de astronautas com o planeta Terra ao fundo vai modificar a própria percepção que as pessoas têm de si próprio e de sua atuação sobre o mundo. Outros eventos como a criação do Dia da Terra em 1970 e alguns acidentes industriais, como o de Three Miles Island e os grandes acidentes com navios petroleiros nas décadas de 1970 e 1980 faz com que, aos poucos a temática passe a ter relevância pública e a fazer parte do conjunto de assuntos em pauta no mundo político.

A tomada de consciência de que estamos todos em um mesmo planeta, de dimensões finitas, tem por consequência a potencialização da capacidade de mobilização dos movimentos sociais. Esse fenômeno não deixa de interessar parte dos cientistas sociais que se mostram sensíveis a essas questões levantadas.

É questão passiva entre os estudiosos dos problemas ambientais, a partir de pelo menos os anos 1980, que os recursos teóricos desenvolvidos e disponibilizados pelos cientistas sociais, diante do tipo de novos questionamentos e de respostas problemáticas colocados pelos trabalhos empíricos, que uma discussão mais profunda sobre os fundamentos desse campo do saber deveria ser empreendida com o claro intuito de estabelecer uma abertura através de novas balizas, tanto para uso dos pesquisadores atuais quanto dos futuros estudantes, capazes de permitir experimentações explicativas mais exatas desses fenômenos sociais até recentemente relegados a um plano de segunda ordem pelas estruturas científicas nacionais.

Um campo específico de estudo de temas ambientais passa a fazer parte das ciências sociais. A sua institucionalização se faz por etapas e depois de vários anos passa a ser uma das áreas mais requisitadas da International Sociological Association, em seus congressos quadrianuais.

TABELA 1: Principais escolas da sociologia ambiental a nível internacional, seus autores e alguns textos de referência.

Método	Autor	Referência
MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA	Arthur Mol e Gert Spaargaren Andrew Blowers	* Ecological modernization theory in debate: a review (1998) * The ecological modernization of production and consumption. Essays in environmental sociology (1997). * The refinement of production. Ecological modernization theory and the chemical industry (1995) * Environmental Policy: ecological modernization or the risk society (1997)
CONSTRUTIVISMO	John Hannigan Eder Klaus	* Environmental sociology (2000). * The social construction of nature (1996).
NÉO-MARXISTAS	Ted Benton Dickens James O'Connor	* Science and nature: towards a green social theory (1992) * Capitalism, nature, socialism: a theoretical introduction (1998)
SOCIEDADE DE RISCO	Lash Ulrich Beck	* Risk, environment and modernity * World risk society as cosmopolitan society? Ecological questions in a framework of manufactured uncertainties (1996). * From industrial society to the risk society: questions of survival, social structure and ecological enlightenment (1992). * On the way to the industrial risk-society? Outline of an argument (1989).
NÉO-WEBERIANOS	Murphy Houtman	*Rationality and nature – a sociological inquiry into a changing relationship (1994) *Max Weber, modernity and the environment. Rationalization and its opponents (1997).

5. OS NOVOS TEMAS E AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Fazendo um paralelo com o nosso país, tomando o tempo transcorrido a partir da segunda guerra mundial por referência, a produção em ciências sociais se fez com uma geração formada e leitora do pensamento de nossos três ensaístas principais que pensaram o Brasil. A geração de Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso elaborou outro tipo de contribuição distinta da que vimos no exterior, pensando um país que estava deixando de ser agrário para se tornar mais urbano, industrial, organizado politicamente de uma forma diversa, vendo o surgimento de uma classe média que até então era praticamente inexistente no país.

Uma das características da produção intelectual brasileira ao longo do tempo é um movimento pendular em torno de uma preocupação maior com a América Latina ou não. Durante a década de 60, e em parte devido à revolução ocorrida em Cuba, e nos anos 70 por conta da experiência vivida no Chile, a presença de uma preocupação com temas hemisféricos, voltados para temas sociais e de cooperação eram mais comuns do que em período posterior, já sob influência de uma política interna e externa em passo com a norte-americana. Quando a presença estadunidense se faz mais presente, tanto a realidade local dos países vizinhos quanto aspectos perfeitamente comparáveis e coerentes do ponto de vista científico, deixam de fazer parte da agenda principal das ciências sociais brasileiras.

Ianni se expressa da seguinte forma sobre esse assunto:

“Às vezes os textos dão a impressão de que os autores estão descobrindo a América Latina pela primeira vez. Outras vezes sugerem que pensar a América Latina é uma forma de melhor pensar o Brasil. De qualquer forma, o interesse cada vez maior pelos problemas dos países latino-americanos é uma maneira de compreender as condições e perspectivas de mudança e revolução no Brasil. (...) Posso acrescentar mais uma observação,

quanto ao crescente interesse da sociologia brasileira pelos problemas latino-americanos. Desde 1964, quando foi deposto o presidente Goulart, e em especial desde 1968 (...), há uma florescente sociologia brasileira no exílio. Sociólogos exilados em países da América Latina, na França e outras nações, têm publicado trabalhos que alargam os horizontes científico e políticos da produção sociológica brasileira. É importante reconhecer que essa ‘sociologia exilada’ está contribuindo de forma às vezes notável para a inteligência de problemas brasileiros e latino-americanos. Nas décadas seguintes de 40 e 50 a sociologia voltou para as classes trabalhistas tais como salários e jornadas de trabalho, e também comunidades rurais. Na década de 60 a sociologia se preocupou com o processo de industrialização do país, nas questões de reforma agrária e movimentos sociais na cidade e no campo e a partir de 1964 o trabalho dos sociólogos se voltou para os problemas sócio políticos e econômicos originados pela tensão de se viver em um país cuja forma de poder é o regime militar” (IANNI, 1989: 40-2).

Ianni tem uma visão bem particular no que se refere ao fazer sociológico e ao tempo histórico em que se encontram os produtores das ciências sociais. Ele deixa implícito uma certa ligação entre aspectos próprios da produção científica e da etapa do desenvolvimento de determinado país, de acordo com uma visão em que o surgimento de um mundo industrial burguês faz surgimento.

De certa maneira, concordamos com esse ponto de vista. Menos com sua preocupação com esses aspectos do desenvolvimento econômico de um país – lembramos de a geração de Ianni viu o Brasil deixar de ser eminentemente agrário para se tornar um país que apresenta aspectos menos desiguais relativamente aos países mais desenvolvidos. Ele diz por exemplo: “A produção sociológica brasileira desse tempo mostra preocupação constante com os problemas suscitados pela cri-

se de transição de uma sociedade baseada numa economia fundamentalmente agrária, para uma sociedade na qual a produção industrial adquire preeminência sobre a agricultura e o conjunto da economia do país” (p. 12). E completa mais adiante: “Em perspectiva histórica, essa é a problemática mais importante da sociologia brasileira.”, (p. 17).

No entanto, essa hipótese, de que o fazer do cientista social está intimamente ligado a aspectos locais reforça o nosso ponto de vista, pois lembra que existe um pensar local, a partir do qual surge o universalismo.

A reação no mundo político à guerra fria, com a polarização entre leste e ocidente se abate de uma forma totalmente diferente nos países latino-americanos. Praticamente a América do Sul inteira vê as suas democracias caírem sob a pressão incessante dos serviços secretos dos países centrais do capitalismo mundial, com o apoio grupos locais. O espaço público é praticamente fechado com a implementação de instituições de censura e controle das mais diversas manifestações intelectuais. No mundo estudantil, pagou-se com desaparecimento e violência o não alinhamento à linha oficial do governo.

Dessa forma, as ciências sociais tomaram por objeto outros temas, distanciando-se de certa maneira dos colegas do norte. Os temas principais das pesquisas realizadas na academia no Brasil e nos países vizinhos vão mudar significativamente. Vão ser sobre a própria constituição, formação, origem de doutrinas, conjunto de classes e interesses por trás dos grupos que promoveram os diversos golpes. Assim como as instituições criadas e implementadas pelos militares.

Ao mesmo tempo, parte da academia se interessa pela burocracia e pela tecnocracia criada a partir desses movimentos políticos. Parte desses cientistas sociais vai procurar pensar a estrutura do estado, atuar na área aplicada das ciências sociais, dirigindo e trabalhando em instituições do governo. Parte do debate em torno da questão amazônica se dá contra essa classe de tecnocratas que sustentam os interesses do estado central. No entanto, trata-se em muitos casos de pessoas oriundas das

mesmas escolas, que tiveram a mesma formação de base. O discurso tecnocrático é também relevante enquanto campo de estudo nas ciências sociais críticas nessa época por ter características próprias, como a centralização de decisões, descolamento da realidade cotidiana das populações e das áreas sob influência de seus atos e problemas na diferença entre o que foi planejado e o que é de fato implementado. Esses temas, apesar de um pouco árido, foi um dos que mais possibilitou um debate teórico crítico em torno do estado.

Outro tema importante nas décadas de 1960 e 1970 vai ser o conjunto de teorias da dependência que surge e são desenvolvidas por essa época. Mais uma vez, a questão da queda do estado de direito, da forma como se deu essa transição de poder, as classes que ganharam com isso é discutido nesses estudos. Um questionamento recorrente é sobre o porquê de essas classes que constituem a elite nacional não conseguirem se desvencilhar de sua dependência econômica diante dos interesses estrangeiros, encontrando como forma de reprodução no poder, a formação de um conjunto de interesses econômicos imbricados, associados, aos interesses externos. É uma abordagem que guarda suas raízes nos estudos anteriores, que tinham por preocupação e por interesse a formação de uma classe burguesa nacional, cuja dependência a setores econômicos exóticos se torna objeto de análise posterior.

Na América Latina, pelo próprio objeto com o qual trabalha, a ciência social tem essa característica marcante de ser ao mesmo tempo militante, de lutar por dar uma face mais humano ao lugar onde é feita.

Os novos atores sociais, que permitiram que surgisse toda uma nova teoria sociológica no exterior, no Brasil, surgem com mais força a partir da Lei de anistia, de 1979. Eles possuem ao mesmo tempo característica diversa. São tanto operários quanto músicos, quanto artistas plásticas, militantes sem partido, intelectuais sem universidades para dar aula, exilados recém-retornados do exterior. Mas todos possuem em comum o fato de atuarem no espaço público de forma

política, pela maior abertura dessa esfera, das mais diversas formas, formando de fato uma miríade de grupos e de opiniões diversas (SADER, 1988).

6. CONCLUSÃO

É dentro dessa diversidade política que a ciência social, atuando nos novos campos abertos nos anos anteriores, vai atuar. Todos vão tender a uma mesma direção, a maior abertura do espaço público. É sobretudo a partir desses momentos que as áreas específicas das ciências sociais passam a fazer sentido e ocupar um espaço mais importante dentro desta área. Dentre elas e talvez a mais promissora, a área ambiental.

As áreas mais clássicas das ciências sociais ainda vão apresentar certa postura de não reconhecimento desses novos campos por vários anos vindouros.

Leila Ferreira explica esse ponto do processo de busca de institucionalização e reconhecimento da seguinte forma:

Curiosamente, à medida que foram sendo estreitados o diálogo e a colaboração entre a sociologia brasileira e a internacional, ou entre esta e outras disciplinas das ciências sociais no Brasil; à medida em que foi montando o seu próprio sistema institucional, à semelhança do que ocorreu ao grupo da ASA [American Sociological Association] nos Estados Unidos no início da década de 1980, a ANPOCS [Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais] deixou de abrigar o Grupo de Trabalho originalmente organizado em torno da temática ambiental (FERREIRA, 2001: 56).

Entretanto, a área foi tomando cada vez mais importância e hoje continua sendo uma das que mais desperta interesse tanto de novos pesquisadores como de jovens pós-graduandos e alunos. A partir do início da década de 2000, há um processo de fundação e estruturação de uma nova associação de pesquisa, a ANPPAS (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-

-Graduação em Ambiente e Sociedade), em torno da qual a comunidade que trabalha com a área tende a se agregar.

Hoje as temáticas trabalhadas são um pouco diferentes, incorporando problemas da contemporaneidade,

Neste sentido podemos apontar algumas hipóteses que nortearam a análise da produção intelectual na área de ambiente e sociedade no Brasil. Em primeiro lugar, tudo indica que a ênfase nessa área transversal migrou da busca ingloria por um ator preferencial de mudança social na ordem econômica e ambiental para uma questão genérica delineada em torno de preocupações com a dimensão humana das mudanças ambientais, independente de juízo de valor sobre elas. Atualmente, essa questão é decomposta em outras derivadas que dizem respeito à governabilidade e às orientações sociais e culturais ou normativas para a resolução de problemas universalmente reconhecido e considerados politicamente pertinentes. (FERREIRA, 2006: 19).

7. BIBLIOGRAFIA

BATESON, Gregory. *Vers une écologie de l'esprit*. Paris: Seuil, 1980.

BENTON, Ted. *Marxism and natural limits*. *New Left Review*. Vol. 178, 1989, pp. 51-86.

BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme XVe-XVIIIe siècle*. Paris: Armand Colin, 1979.

BUTTEL, Frederick. *Environmental sociology and the classical sociological tradition: some observations on current controversies*. In DUNLAP, Riley, BUTTEL, Frederick, DICKENS, Peter et al. *Sociological theory and the environment. Classical foundations, contemporary insights*. Nova Iorque: Rowman and Littlefield, 2001, pp. 35-50.

_____ (2002). Environmental Sociology and the Sociology of Natural Resources: Institutional Histories and Intellectual Legacies. *Society and Natural Resources*, vol. 15, 2002, pp. 205-211.

CALLON, Michel (org.). *La science et ses reseaux : genese et circulation des faits scientifiques*. Paris: La Decouverte, 1988.

CARSON, Rachel. *Silent spring*. Boston: Hougghton Mifflin, 1962.

CASTRO, Carlos Potiara. Uma Perspectiva Latino-Americana sobre os Estudos Amazônicos. In: FERREIRA, Leila da Costa (Ed.). *A Questão na América Latina*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2011.

CHINARD, G. *L'homme contre la nature. Essais d'histoire de l'Amérique*. Paris: Hermann, 1979.

COSTA, Francisco de Assis. *Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia. Questões para o desenvolvimento sustentável*. Belém: Cejup, 1998.

CUNHA, J. M. P. *A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970/1996: o esgotamento de um processo de ocupação*. Campinas: Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

DOBRY, Michel. *Sociologie des crises politiques: la dynamiques des mobilisations multisectorielle*. Paris: Sciences Po, 2000.

DUNLAP, Riley, BUTTEL, Frederick, DICKENS, Peter et al. *Sociological theory and the environment. Classical foundations, contemporary insights*. Nova Iorque: Rowman and Littlefield, 2001.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

ECKERSLEY, Robin. *Environmentalism and political theory : toward an ecocentric approach*. Albany: State University of New York Press, 1992.

_____. The green state. Rethinking democracy and sovereignty. Cambridge: MIT, 2004.

FERREIRA, Leila da Costa (2001). Sociologia ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil. *Idéias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Ano 8 (2), 2001, pp. 39-70.

_____. *Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil*. São Paulo: Anna Blume, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *L'espace public: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot, 1978.

HARPER, Charles L. *Environment and society. Human perspectives on environmental issues*. Upper Sadle River: Prentice-Hall, 2001.

HOGAN, Daniel e CARMO, Roberto do (2002). *Migração e Ambiente no Centro-Oeste*. Campinas : NEPO/UNICAMP, 2002.

IANNI, Octávio. *Sociologia da sociologia. O pensamento sociológico brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp. *Série Idéias: A questão ambiental e as ciências sociais*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Unicamp, 2001.

INGLEHEART, Ronald. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

MARCUSE, Ludwig (1967). *La philosophie américaine*. Paris: Gallimard / Collection Idées, 1967.

MCCORMICK, John. *The global environmental movement*. New York: Wiley, 1995.

MERTON, Robert King, KUHN, Thomas et alii. A crítica da ciência. Sociologia e ideologia da ciência. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MILLS, Charles W. White Collar: the american middle classes. Nova Iorque: Oxford University Press, 2002.

MOL, Arthur. Globalization and environmental reform. The ecological modernization of the global economy. Cambridge, MIT, 2003.

OFFE, Claus. Contradictions of the welfare state. Boston: MIT Press, 1984.

POLANYI, Karl. A grande transformação. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRIGOGINE, Ilya. O fim das certezas. Tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Unesp, 1996.

QUERÉ, Loius. Des miroirs équivoques. Aux origines de la communication moderne. Paris: A. Moreau, 1982.

ROBERTS, Timmons. Global Inequality and Climate Change, *Society and Natural Resources*, vol. 14, 2001, pp. 501–509.

ROBERTS, Timmons e GRIMES, Peter. World-system theory and the environment: toward a new synthesis. In: DUNLAP, Riley, BUTTEL, Frederick, DICKENS, Peter et al. *Sociological theory and the environment. Classical foundations, contemporary insights*. New York: Rowman and Littlefield, 2002.

RORTY, Richard. *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

SADER, Eder. *Sader Quando novos personagens entram em cena Experiências, Falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Brasiliense, São Paulo, 1988.



SCHOEFER, Evan. Cross-national Differences in the Expansion of Science, 1970–1990. *Social Forces*, 83(1), 2004, pp. 215-248.

SPAARGAREN, Gert, MOL, Arthur e BUTTEL, Frederick. *Governing environmental flows: global challenges to social theory*. Boston: MIT Press, 2006.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Nova Iorque: MacGraw-Hill, 1978.

TOURRAINE, Alain. *Production de la société*. Paris: Seuil, 2003.